

**MIRANDA, J. C. R. et al. (Eds.). Estória do Santo Graal: Livro Português de José de Arimateia. Manuscrito 643 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Porto: Estratégias Criativas, 2016, 391 p.**

**Raúl Cesar Gouveia Fernandes**  
Centro Universitário FEI

Embora tenha sido publicado por Henry Carter há cerca de 50 anos, pode-se dizer que só agora o chamado *Livro de José de Arimateia* foi de fato posto à disposição dos interessados pela literatura arturiana ibérica. Não há exagero algum na afirmação, pois, sem embargo da existência de edição anterior, a obra permanecia como que inédita: além de raríssima (e quase inacessível a leitores brasileiros), a publicação de 1967 era de consulta extremamente penosa, devido a seu caráter paleográfico<sup>1</sup>. Tem grande relevância, portanto, o trabalho dado a lume em 2016 por José Carlos Ribeiro Miranda, Simona Ailenii, Isabel Correia, Ana Sofia Laranjinha e Eduarda Rabaçal, pesquisadores ligados ao Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (SMELPS), da Universidade do Porto. A edição vem preencher importante lacuna na bibliografia relativa à literatura medieval portuguesa, oferecendo base segura para ampliar a divulgação e o estudo desta obra fundamental.

Espera-se que a partir de agora, de posse do texto, um grupo mais alargado de pesquisadores possa explorar aspectos que até o momento, salvo poucas exceções, têm sido marginalizados pela crítica. Com efeito, a maior parte dos estudos existentes sobre a versão portuguesa do *José de Arimateia* – ou *Estória do Santo Graal* (ESG), como seus editores apelidaram o livro, em consonância com os originais franceses dos quais deriva – concentra-se no debate sobre a posição da

---

<sup>1</sup> CARTER, Henry H. (Ed.). *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea*: paleographical edition. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1967. Sem diminuir o mérito do trabalho do pesquisador norte-americano, é preciso notar que a falta de pontuação e de separação das palavras, entre outros aspectos, fazem com que sua edição não favoreça o exame literário da obra. No Brasil, há notícias de um único exemplar da edição de Carter, pertencente à antiga biblioteca do Prof. Segismundo Spina, hoje incorporado ao acervo de instituição universitária em Osasco. Ver: MONGELLI, L. M. (Org.); SODRÉ, P. R. (Coord.). *Fontes primárias da Idade Média: séculos V – XV*, v. 3. Cotia: Íbis, 2005.

obra no quadro do desenvolvimento cíclico da Matéria de Bretanha e sobre as informações que sua cópia permite inferir acerca da difusão da literatura arturiana na Península Ibérica. Ainda que o tema suscite controvérsias, como veremos adiante, tradicionalmente considera-se que a ESG seja tradução do ramo inicial do ciclo da *Pós-Vulgata*, produzido em França entre c. 1230 e 1240, do qual a *Demanda do Santo Graal*, também vertida para o português, seria a terceira e última parte<sup>2</sup>. Tais traduções devem remontar a meados do séc. XIII e é provável que tenham sido empreendidas sob o patrocínio de membros da corte de Afonso III, que viveu na França precisamente durante a época em que a *Pós-Vulgata* era elaborada. Costuma-se atribuir a tradução a Joam Vivas, do qual pouco se sabe, cujo nome é mencionado na própria ESG, bem como na versão castelhana da *Demanda*<sup>3</sup>.

Quanto à primeira parte do ciclo, da qual provém a ESG portuguesa, dada a inexistência de cópias conhecidas do original francês da *Estoire del Saint Graal* da *Pós-Vulgata*, ela só pode ser reconstituída a partir de suas traduções ibéricas. Na qualidade de única versão integral do texto – ao lado do *Josep Abaramatia* castelhano (parcialmente preservado no ms. 1877 da Biblioteca Universitária de Salamanca) e do fragmento português recentemente descoberto no Arquivo Distrital do Porto<sup>4</sup> – a ESG ganha mais relevância, inclusive devido à elevada posição que seu arquétipo provavelmente ocuparia na tradição manuscrita francesa<sup>5</sup>. Como se depreende das breves indicações aqui resumidas, a ESG constitui peça importante para a análise do intrincado processo de formação dos ciclos em que a Matéria de Bretanha foi organizada no séc. XIII, motivo pelo qual o

---

<sup>2</sup> TOLEDO NETO, S. A. Breve notícia da matéria arturiana anterior às traduções ibéricas da *Post-Vulgata*. In: MEGALE, H.; OSAKABE, H. (Orgs.). *Textos medievais portugueses e suas fontes*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 129-156. Do mesmo autor, ver ainda: *O Livro de José de Arimateia: breve comentário sobre questões atuais*. *Veredas*, v. 8, 2008. p. 347-360.

<sup>3</sup> CASTRO, I. Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da *Post-Vulgata*. *Boletim de Filologia*, v. 28, 1983. p. 81-98.

<sup>4</sup> DIAS, A. F. A matéria de Bretanha em Portugal: relevância de um fragmento pergamináceo. *Revista Portuguesa de Filologia*, v. 25-26, 2007. p. 145-221. Sobre a relação entre este fragmento e a cópia da ESG ora editada, ver AILENII, S. O arquétipo da tradução portuguesa da *Estoire del Saint Graal* à luz de um testemunho recente. *Revista Galega de Filoxía*, v. 10, 2008. p. 11-38.

<sup>5</sup> BOGDANOW, F. The relationship of the Portuguese *Josep Abaramatia* to the extant french mss. of the *Estoire del Saint Graal*. *Zeitschrift für Romanische Philologie*, v. 76, 1960. p. 343-375.

livro tem sido objeto da atenção de estudiosos portugueses e estrangeiros.

A presente edição da ESG tomou por base o cód. 643 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), que representa, conforme já lembrado, o único testemunho integral da obra. Trata-se de cópia tardia, ao que tudo indica realizada entre 1543 e 1544, na qual sobrevivem abundantes elementos linguísticos mais arcaicos, apesar das intervenções modernizadoras dos copistas<sup>6</sup>. Em sua Dedicatória, endereçada a D. João III, Manuel Álvares, Corregedor da Ilha de São Miguel e responsável pela cópia do texto, informa ter feito sua *tresladação* a partir de livro achado em Riba d'Âncora, alguns anos antes, em poder de “ũa velha de mui antiga idade” (p. 4)<sup>7</sup>. É possível que provenha deste antígrafo, hoje perdido, o cólofon transcrito pela cópia quinhentista, onde se lê: “Este livro mamdou fazer João Samches, mestre escola d'Astorga” (p. 351), com referências ao ano de 1314 (ou 1309, a depender da leitura)<sup>8</sup>.

A primeira característica que salta aos olhos na nota introdutória à edição da ESG é sua concisão: entre outros aspectos, nela todo o complexo problema do processo de tradução e transmissão da obra é mencionado de passagem. Nota-se que o intuito dos editores foi privilegiar a divulgação do texto, evitando sobrecarregar a introdução com discussões demasiado técnicas; não deixa de ser verdade, porém, que edição como esta, de obra tão relevante e longamente aguardada, representaria oportunidade ideal para elaborar uma síntese abrangente do estado da questão, de modo a proporcionar aos novos leitores da ESG um roteiro que lhes permitisse penetrar com segurança nos meandros dos debates que o livro tem engendrado. Em vez disso, optou-se por abordagem que, mesmo fornecendo a informação necessária à apresentação da obra, alude apenas com leves pinceladas até às teses advogadas pelos próprios editores acerca da

---

<sup>6</sup> CASTRO, I. Quando foi copiado o *Livro de José de Arimateia*? (Datação do cód. 643 da Torre do Tombo). *Boletim de Filologia*, v. 25, 1976-1979. p. 173-183. Ver também: TOLEDO NETO, S. A. *Livro de José de Arimateia (Lisboa, ANTT, Livraria, Cód. 463): camadas linguísticas da tradução ibérica ao traslado quinhentista*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, 2001.

<sup>7</sup> Para as citações tomadas da edição aqui comentada são indicadas apenas as páginas, entre parênteses.

<sup>8</sup> NASCIMENTO, A. A. Às voltas do “Livro de José de Arimateia”: em busca de um percurso, a propósito de um fragmento trecentista recuperado. *Península: Revista e Estudos Ibéricos*, n. 5, 2008. p. 129-140.

constituição dos ciclos da Matéria de Bretanha – teses que, é preciso registrar, embora discrepem de postulados aqui lembrados, mereceriam ser expostas com mais profundidade. A propósito disso, os editores afirmam somente que o tema “nem sempre gera consenso” e, após repassar por alto os termos de uma discussão difícil, limitam-se a recomendar “prudência na compreensão das cronologias, ritmos, intervenientes e línguas envolvidas no processo de tradução deste extenso material romanesco do francês medieval para línguas ibéricas, evitando apriorismos que em nada ajudam a compreender a complexidade desta literatura” (p. xii-xiii)<sup>9</sup>. São também superficiais as notícias sobre Joam Vivas, o livro de Riba d’Âncora e o fragmento portuense da ESG, entre outros aspectos que interessariam de perto os estudiosos da matéria. Em suma, ainda que a opção dos editores seja compreensível, é de lamentar que não tenha resultado em apresentação tão proveitosa como conviria a trabalho de tamanha relevância.

Menos justificável, a nosso juízo, é a ausência de informações a respeito do códice que serviu de base para a edição. Afora algumas esparsas menções aos desafios de leitura que ele impõe e uma única referência à “falta de homogeneidade entre as mãos que executaram a cópia” (p. xvi) – sem que se diga sequer quantas são – nada há que permita formar a mais pálida ideia das características do manuscrito, o que é sempre recomendável em edições baseadas em testemunho único.

Quanto aos procedimentos de fixação do texto, também apresentados na introdução, os editores informam ter-se guiado pelo objetivo de garantir a legibilidade do romance, sem sacrifício da fidelidade aos hábitos de escrita da

---

<sup>9</sup> Tais teses acerca do desenvolvimento da literatura arturiana foram expostas inicialmente por José Carlos Miranda (em *A Demanda do Santo Graal e o ciclo arturiano da Vulgata, e Galaaz e a ideologia da linhagem*, ambos publicados pela ed. Granito, do Porto, em 1998) e mais tarde desenvolvidas em numerosos trabalhos publicados pela equipe do SMELPS, alguns dos quais mencionados na introdução da ESG. Dentre os não citados pelos editores, ver: MIRANDA, J. C. R. Como o rei Artur e os cavaleiros da sua corte demandaram o reino de Portugal. *Colóquio/Letras*, n. 142, 1996. p. 83-102. Do mesmo autor, vale lembrar ainda: Realeza e cavalaria no *Livro de José de Arimateia*, versão portuguesa da *Estoire del Saint Graal*. In: NASCIMENTO, A. A.; RIBEIRO, C. A. (Orgs.). *Literatura Medieval: Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Lisboa: Cosmos, 1993, v. 3. p. 157-161, e também: MIRANDA, J. C. R.; CORREIA, I.; LARANJINHA, A. S. O ciclo do *Pseudo-Boron* à luz da mais recente investigação em Portugal. In: MONGELLI, L. M. (Org.) *E fizerom taes maravilhas...* Histórias de cavaleiros e cavalarias. Cotia: Ateliê, 2012. p. 233-263.

época em que a cópia foi produzida. Assim, foram adotados critérios conservadores de transcrição, mas com o cuidado de resolver abreviaturas e regularizar a separação das palavras, bem como introduzir sinais diacríticos e de pontuação, a fim de facilitar a leitura. Além disso, os editores corrigiram (com parcimônia talvez excessiva, conforme veremos) manifestas irregularidades da cópia, como a ocorrência de repetições acidentais ou erros de grafia que prejudicam a leitura, indicando-as em nota de rodapé. Tais providências tornam a obra acessível até mesmo ao público não especializado, sem prejuízo do rigor que deve presidir a edição de textos antigos, em particular quando é necessário facultar o exame de seus traços linguísticos, como é o caso. Os apêndices, que trazem índice de nomes próprios e glossário, também são de grande utilidade, embora este último pudesse ser ampliado, contemplando termos omitidos que causarão embaraço a muitos leitores.

Mas as intervenções mais importantes dos editores são de outra ordem. Considerando que a ESG foi preservada por testemunho único – de forma que não é possível proceder à seleção de variantes para dirimir dúvidas, colmatar lacunas e recuperar trechos ilegíveis ou degradados por acidentes da tradição manuscrita –, os editores recorreram ao cotejo com edições da *Estoire del Saint Graal* francesa (versão *Vulgata*) a fim de transcrever em nota elementos que permitam elucidar o sentido de passagens em que a cópia oferece lição falha. Assim, a edição resolve diversas dúvidas que, de outra forma, permaneceriam insanáveis, fornecendo valiosos subsídios para a compreensão da obra<sup>10</sup>.

Em alguns aspectos, contudo, a aplicação dos critérios de estabelecimento do texto merece reparos. O mais evidente diz respeito ao emprego de acentos

---

<sup>10</sup> As edições usadas para a colação foram as de H. O. Sommer (de 1909, que reproduz a “versão curta” da *Estoire del Saint Graal*) e a de J.-P. Ponceau (de 1997, baseada em manuscritos que transmitem as versões “longa” e “mista” da obra). Não fica claro, contudo, o motivo de excluir do cotejo os trechos conhecidos do *Josep Abaramatia* castelhano. Sobre as versões da *Estoire del Saint Graal* e suas relações com a tradução portuguesa, ver o já mencionado trabalho de Bogdanow. O recurso a testemunhos franceses da *Vulgata* já havia sido sugerido por Ivo Castro, em: Editando o *Livro de José de Arimateia. Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 10-11, 2008/2009. p. 345-364. Digase de passagem que a comparação entre a proposta de edição do cap. XCI apresentada por Castro e o texto publicado pela equipe do SMELPS revela diferenças significativas não só de critérios, mas também quanto à leitura do códice. Tais discrepâncias não surpreendem, porém, dada a dificuldade de decifração do manuscrito.

“sempre que for necessário para uma melhor compreensão da palavra na estrutura da frase” (p. xxii). Assim formulado, o princípio dá larga margem a escolhas subjetivas e gera grandes oscilações ao longo da transcrição, com incoerência na acentuação de formas equivalentes até no interior de uma mesma frase: é o que ocorre com *ja / já* (p. 13) e com o acento no pronome pessoal do caso reto *vós* (p. 28), para ficar só com exemplos tomados dos capítulos iniciais da obra<sup>11</sup>.

Além disso, conquanto seja corrente na transcrição o acréscimo de <u> após <g> em casos como *ning[u]em*, para as oclusivas velares surdas as soluções são flutuantes, havendo convivência das formas *qando* e *numqa* (p. 180 e 183) com outras, como *aq[u]ela*, *numq[u]a* e *duq[u]e* (p. 191, 193 e 264, esta última, inclusive, desnecessariamente indicada em rodapé). A alteração de <g> para <j>, prevista para situações em que haja comprometimento de sentido, também carece de uniformidade: se *ango* passou a *anjo* (p. 135), por que não foi feito o mesmo com *fuga* (p. 142), em contexto que exige a leitura de <g> com valor palatal [ʃ] (“fuja”)? Outras intervenções deveriam igualmente ser realizadas de modo mais coerente: por exemplo, a emenda de *chomava* para *chamava* (p. 130) não se repete para *chomara* (p. 156); a supressão do <h> sem valor etimológico não se verificou na forma *hirmitão* (p. 90)<sup>12</sup>. Encontram-se ainda erros menores, como no emprego de aspas para indicação de discurso direto, e outras gralhas que escaparam à revisão.

Numerosas são também as emendas propostas em passos onde a cópia apresenta falhas evidentes. Casos simples, como intervenções pontuais para o restabelecimento da concordância entre termos da frase, podem dispensar elementos de comprovação oriundos de testemunhos franceses: é o que foi feito à p. 110 (nota 76), mas que não se aplicou a situações semelhantes, como por

---

<sup>11</sup> Os casos são abundantes, incluindo variações na indicação de nasalidade (*boo / bõo*, p. 11 e 13), no emprego de crase (*aquela / àquela* à p. 16) e em formas verbais (*iram / irám*, p. 29), entre outros. Todos os exemplos aqui referidos foram cotejados com imagens do códice, disponibilizadas pelo site do ANTT.

<sup>12</sup> Por vezes, ocorre o inverso: dado que a forma *amos* é frequentemente emendada para *am[ʃ]jos*, a operação foi efetuada também, por aparente descuido, em ocorrência na qual a mudança prejudica o sentido da frase (p. 180).

exemplo na falta de plural das formas *era* e *emvolto* (p. 192 e 255)<sup>13</sup>. Outra clara anomalia do códice é causada por erro proveniente do antígrafo (e como tal anotado pelo copista com um “*sic*” no f. 130r), reproduzido pelos editores à p. 160, sem qualquer comentário no aparato crítico.

Escolhas mais delicadas envolvem o cotejo com as versões francesas da *Vulgata*, recurso que, por sua grande utilidade, talvez devesse abranger outras passagens do texto. Fiéis aos objetivos expostos na introdução, os editores buscam “reproduzir com a máxima fidelidade” a lição conservada no cód. 643 do ANTT, limitando-se a intervir nos casos de “corrupção do texto” (p. xvii). Ocorre, contudo, que nem sempre é fácil determinar quais lições serão consideradas corrompidas: veja-se por exemplo a ocorrência de *chegado* à p. 96, em contexto no qual seria de esperar o uso de *chagado*; o mesmo vale para o emprego de *estemdimento* e *craramente* (p. 57 e 190), em vez de *entendimento* e *caramente*, e sobretudo para a referência a Josefes no início do f. 217r (p. 250), onde, salvo engano, deveria constar o nome de Nascimento. Visto não haver erro de transcrição nestes passos, é de crer que tais substituições sejam fruto de equívocos ocorridos em alguma etapa da tradição manuscrita da obra. É o caso de perguntar, pois: se tais lições afetam em diferentes graus a clareza do texto, não seria vantajoso emendá-las, sobretudo se for possível identificar nos testemunhos franceses elementos que corroborem a operação? Estão em jogo, como se vê, diferentes opções metodológicas, ambas válidas: mirar exclusivamente o manuscrito quinhentista ou incorporar considerações sobre a tradição que o precede, mediante critérios previamente definidos<sup>14</sup>.

Não é nosso propósito criticar as opções feitas, e muito menos empanar o mérito do difícil trabalho empreendido pelos editores. As observações aqui expostas visam apenas fomentar a reflexão e o debate sobre a ESG, tarefas que a

---

<sup>13</sup> Procedendo à verificação de exemplos como os aqui mencionados, em consulta às imagens digitalizadas do códice, deparamos com erros de transcrição nas p. 101 (*quanto* por *quantos*) e 182 (*morto* por *mortos*).

<sup>14</sup> A discussão já foi proposta por Ivo Castro (Editando o *Livro de José de Arimateia*, Op. Cit.). Os exemplos aqui oferecidos são semelhantes ao caso verificado no f. 14v (*veyo* / *vejo*, seguido de lacuna), discutido pelo autor, mas com uma importante diferença: na falta de cotejo com os testemunhos franceses, nossas sugestões são meramente conjecturais.

partir de agora serão muito facilitadas graças à publicação da obra. Por isso, em suma, é preciso saudar a inestimável contribuição oferecida pelos pesquisadores do SMELPS: ao colocar finalmente à disposição do público interessado um dos mais significativos textos em prosa da Idade Média portuguesa, os editores prestam relevante serviço à área, permitindo que a investigação sobre a ESG ganhe novo impulso.

Resenha recebida em 03.09.2019

Resenha aceita em 04.12.2019

